



Anais da Assembléia

N.º 131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 111.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Secretaria dos Transportes

Departamento de Estradas de Rodagem

CONVÊNIO N.º 02/82

CONVÊNIO DE FORNECIMENTO DE ASFALTOS

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Nilsó Sguarezi e Gilberto Agibert Filho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes. Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Romero Filho (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 167/82

Curitiba, 23 de novembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 02/82, celebrado em 04 de outubro de 1982, entre o Estado do Paraná e a Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, figurando ainda, como signatários, a PETROBRÁS Distribuidora S/A, o Banco do Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando o fornecimento de materiais para aplicação em obras de pavimentação do Sistema Viário do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

ESTADO DO PARANÁ

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A — PETROBRÁS, sociedade de economia mista, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, 65, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n.º 33.000.167/0001-01, neste ato representada por seu Presidente SHIGEAKI UEKI, doravante denominada simplesmente "PETROBRÁS", e, de outro lado, o ESTADO DO PARANÁ, neste ato representado pelo seu Governador JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, doravante denominado apenas "CONVENIENTE", com a interveniência da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, sociedade de economia mista, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Praça 22 de Abril, 36 inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n.º 34.374.233/0001-02, neste ato representada pelo seu Vice-Presidente ARTHUR DE CARVALHO FERNANDES NETO e pelo seu Diretor BRENO CAUDURO, doravante denominada simplesmente "DISTRIBUIDORA", do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Máximo João Kop, 274, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n.º 76.492.172/0002-72, neste ato representado por seu Presidente JUCUNDINO DA SILVA FURTADO, aqui denominado simplesmente "BANCO", e do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ, autarquia integrante do Sistema Administrativo do Estado do Paraná, neste ato representado por seu Diretor Geral em exercício, RUBENS GABARDO, doravante denominado simplesmente "DER/PR", têm entre si ajustado o presente Convênio, na forma das Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO

1.1 O presente Convênio tem por objeto o fornecimento de asfaltos ao CONVENIENTE, pela PETROBRÁS, através de sua subsidiária PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, até as quantidades máximas de 17.000 (dezesete mil) toneladas, de CAP e de ADP para aplicação em obras de pavimentação do Sistema Viário do Estado do Paraná.
1.1.1. — Fica expressamente ressalvado que o fornecimento de asfaltos de que trata o item 1.1 será realizado dentro das disponibilidades da PETROBRÁS e/ou da DISTRIBUIDORA.

1.2 O CONVENIENTE assegurará à PETROBRÁS e à DISTRIBUIDORA o direito de acompanhar a execução dos serviços de pavimentação acima referidos.

CLÁUSULA SEGUNDA — ENTREGA E RETIRADA DOS PRODUTOS

2.1 A DISTRIBUIDORA entregará FOB fontes produtoras os asfaltos a que se refere a Cláusula Primeira, correndo o transporte por conta do CONVENIENTE.

2.2 O CONVENIENTE indica o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, através do seu Diretor Geral, ou de preposto por ele indicado, para requisitar, receber, aplicar e controlar o uso dos asfaltos fornecidos conforme este Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

1. Os asfaltos referidos na Cláusula Primeira serão fornecidos aos preços fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo, vigentes nas datas das entregas.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1 Mensalmente, será emitida pela DISTRIBUIDORA contra o CONVENIENTE, uma fatura e respectiva duplicata, englobando todas as Notas Fiscais correspondentes às entregas de asfaltos efetuadas ao CONVENIENTE no período, para pagamento no prazo de 12 (doze) meses.
 - 4.1.1 Sobre o valor de cada fatura e respectiva duplicata incidirá correção monetária, apurada com base na variação do valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) no período de tempo decorrido entre a data de emissão e a do efetivo pagamento, a correção será paga por ocasião da liquidação da respectiva duplicata, na forma prevista no item 4.3.
- 4.2 O CONVENIENTE pagará, na forma do item 4.3, à PETROBRÁS o valor das duplicatas de que trata o item 4.1 devidamente endossadas pela DISTRIBUIDORA, e o valor da correção monetária de que trata o subitem 4.1.1.
- 4.3 Para cumprimento do disposto nesta Cláusula, o CONVENIENTE autoriza o BANCO a efetuar o pagamento à PETROBRÁS, nas datas de vencimento, dos valores correspondentes aos fornecimentos de asfaltos efetuados e à correção monetária prevista no subitem 4.1.1, obrigação que o BANCO assume e cumprirá quando da apresentação das duplicatas e/ou de outros documentos de cobrança, sem qualquer exigência além da comprovação da entrega dos respectivos produtos ao CONVENIENTE.
 - 4.3.1 Caso não sejam pagos nas datas dos vencimentos os valores de que trata o item 4.3, ou caso o CONVENIENTE e/ou o BANCO e/ou o DER/PR, deixem de efetuar nos respectivos vencimentos, os pagamentos relativos aos fornecimentos de derivados de petróleo que lhes tenham sido feitos pela PETROBRÁS, e/ou DISTRIBUIDORA em decorrência de outros pactos e/ou outros convênios de fornecimentos de asfaltos, os fornecimentos objeto deste convênio poderão ser suspensos, de imediato, sem prejuízo de a PETROBRÁS exercer o direito de rescisão, conforme estabelecido na CLÁUSULA SEXTA.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS

- 5.1 Este Convênio terá validade até a data do pagamento, pelo CONVENIENTE, de todas as importâncias devidas em decorrência de sua execução.
- 5.2 O CONVENIENTE retirará os asfaltos das fontes produtoras indicadas pela DISTRIBUIDORA, até atingir as quantidades citadas na CLÁUSULA PRIMEIRA, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados do mês de outubro de 1982, a partir do qual todos os fornecimentos de asfaltos feitos pela DISTRIBUIDORA ao DER/PR, serão incluídos nas condições do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

- 6.1 O inadimplemento de qualquer cláusula ou condições do presente convênio, poderá, a critério da parte inocente, ser motivo para sua imediata rescisão, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a parte infratora pelas perdas e danos que

vier a dar causa.

- 6.2 Sendo a rescisão motivada por culpa do CONVENIENTE e/ou do BANCO e/ou do DER/PR, fica estabelecido que tornar-se-ão exigíveis, de imediato, os pagamentos de que trata a Cláusula Quarta, relativos aos produtos já fornecidos pela DISTRIBUIDORA.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORO

- 7.1 Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, que será o competente para dirimir todas e quaisquer controvérsias porventura decorrentes da execução do presente convênio, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

CLÁUSULA OITAVA – DESPESAS DE PUBLICAÇÃO

- 8.1 Caberá ao CONVENIENTE efetuar as despesas referentes à publicação do presente convênio no Diário Oficial do Estado, a qual far-se-á mediante extrato.

CLÁUSULA NONA – VERBA ORÇAMENTÁRIA

- 9.1 Os pagamentos de que trata a CLÁUSULA QUARTA serão suportados pela verba própria da dotação orçamentária do DER/PR, código 4.1.1.0.00 (Obras Públicas).
- 9.2 O presente convênio será submetido à aprovação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.
- 9.3 O presente convênio ficará automaticamente cancelado se a referida aprovação não ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua assinatura.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 04 de outubro de 1982.

(aa) PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRÁS

ESTADO DO PARANÁ

PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A – BR

PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A – BR

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PR
TESTEMUNHAS

Requerimentos.**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades, REQUER a expedição de TELEX à Ministra da Educação e Cultura, objetivando urgente intervenção para que o rol de reivindicações do corpo docente das universidades federais do Brasil seja prontamente atendido.

Requer-se remessa de cópia deste requerimento à Associação dos Professores Universitários do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Governador HOSKEN DE NOVAES, solicitando urgência na remessa de Mensagem dispondo sobre o reajuste de vencimentos dos servidores públicos do Estado, a ser concedido a partir do dia 01 de janeiro de 1983.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1.982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A imprensa noticiou que o Prefeito Municipal de Curitiba, já encaminhou Mensagem à Câmara de Vereadores, propondo um reajuste de cinquenta por cento aos servidores públicos municipais de nossa Capital.

O Estado, através das Secretarias de Planejamento, Recursos Humanos e de Educação, juntamente com a de Finanças, já deve ter pronto os estudos necessários para a elaboração do anteprojeto de lei objetivando reajustar os vencimentos dos servidores públicos a partir de 01 de janeiro de 1983.

A mudança dos rumos políticos do Estado, certamente não irá impedir que o Sr. Governador estabeleça critérios justos para essa tão esperada providência, a qual, com a devida vênia, entendemos que deve ser tomada antes do recesso parlamentar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de louvor à população da Comarca de Corbélia, representada pelos moradores dos Municípios de Braganey e Corbélia, na pessoa do Prefeito Municipal LAUDEMIR TURRA, o qual interveio junto ao povo que estava revoltado com os acontecimentos decorrentes da constatação da fraude eleitoral, apaziguando os ânimos e sendo correspondido inteiramente pela atitude digna e ativa dos moradores, daquela região, os quais, com o máximo respeito e demonstrando alto grau de politização, não causaram o menor dano como é quase inevitável acontecer em circunstâncias análogas e ainda colaborando decisivamente para que os indiciados fossem colocados à disposição da Justiça, a quem caberá julgá-los.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO e

LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

Torna-se necessário tecer considerações em relação a esses fatos, pois já são conhecidos nacionalmente, restando a esta Casa, ao lado do registro negativo da ocorrência, louvar a parte positiva deste triste episódio.

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 146/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 43 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

“§ 6.º — O servidor público estável que houver pedido exoneração para assumir outro cargo no Estado, para o qual tenha sido nomeado em razão de aprovação em concurso, terá assegurada a sua readmissão no cargo anteriormente ocupado, caso seja determinado o seu afastamento durante o período de estágio probatório, por motivo diverso de improbidade funcional ou abandono do cargo em que o mesmo foi concursado.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Todo o servidor inscrito em concurso público, após a estabilidade, certamente procura uma melhoria funcional e não pode deixar as garantias que lhe são asseguradas pela legislação vigente, caso não se adapte em suas novas funções ao exercer

o cargo em que foi concursado.

É do interesse da administração o retorno desse servidor ao cargo anteriormente ocupado, pois, nele, a sua experiência estaria comprovada pelo simples fato de atingir a estabilidade.

Por outro lado, a segurança de estar amparado com o retorno, caso não se adapte, fará com que procure disputar melhores posições dentro do Quadro de Pessoal da administração pública, aprimorando os seus conhecimentos profissionais pela simples exigência de preparar-se para as provas a que terá de submeter-se em qualquer concurso.

PROJETO DE LEI N.º 147/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 138, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação.

“§ 8.º — Será assegurado, igualmente, ao servidor público que estiver exercendo ou houver exercido funções próprias do magistério, o direito de computar esse mesmo tempo de serviço, com o acréscimo resultante da multiplicação do total desse tempo por 35 e imediata divisão por 30, reduzido, para as mulheres, tal fator de cálculo, para 30 e 25, respectivamente, para efeito de aposentadoria, ficando-lhe vedado, nesse caso, de computar o acréscimo previsto no parágrafo anterior.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A Emenda à Constituição do Estado n.º 12, que adaptou a Lei Maior de nosso Estado à EMENDA ÁLVARO DIAS, pela qual ficou assegurada a aposentadoria aos 25 anos para a Professora e 30 anos para o Professor, foi regulamentada apenas por uma Resolução administrativa.

A redução do tempo da aposentadoria dos Professores, todavia, deve receber a mesma amplitude que o Decreto Federal n.º 87.374, de 08 de julho de 1982 prevê para a contagem de tempo de serviço resultante de trabalho em atividade insalubre, penosa ou perigosa, junto ao INPS, no caso em que o segurado tiver trabalhado em uma dessas atividades e também houver exercido outras atividades comuns, quando o tempo de serviço da primeira deve ser contado com o acréscimo previsto no referido Decreto.

Enfim, é, em outras palavras, o mesmo caso da aplicação da Lei n.º 7050/78, conhecida como “Lei Mineira”, em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N.º 148/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ao funcionário estável titular de cargo para cujo exercício seja atribuída a gratificação pela execução de trabalho com risco de vida, será assegurada a incorporação dessa vantagem nos proventos de aposentadoria, desde que a tenha percebido durante 3 (três) anos seguidos ou 5 (cinco) anos alternados.

Parágrafo único — A incorporação de que trata este artigo independe do período aquisitivo especificado, se for prevista em Lei, como complementação dos vencimentos de cargos a que seja atribuída em razão de sua natureza exigir a execução do trabalho com risco de vida.

Art. 2.º — Aos servidores aposentados em cargos a que a reclassificação transformou com as exigências especificadas no artigo anterior ou que tiverem preenchido, em atividade, as condições previstas nesta Lei, poderão requerer a retificação do Decreto que os aposentou, dentro do prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação desta Lei, sem qualquer efeito

oativo.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoiamto: TRAJANO BASTOS, GERNOTE KIRINUS, CYRO MARTINS, RENATO BUENO, NELTON FRIEDRICH e LINEU TURRA.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a equiparar todos os servidores públicos do Estado que perceberam a gratificação pela execução de trabalhos com risco de vida ou aqueles que a estiverem percebendo, com as demais categorias funcionais já aquinhoadas com a incorporação de outras gratificações nos proventos de aposentadoria.

Pelo próprio nome, a GRATIFICAÇÃO POR RISCO DE VIDA deve ser assegurada a quem assim trabalhou pelo nosso Estado!

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos enviando à Mesa um requerimento com o seguinte teor. (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos, voto de aplauso aos Juízes Eleitorais de Londrina — Augusto Massareto, Nelson Batista Pereira e Onéssimo Mendonça, em razão do primoroso, eficiente e insuspeito trabalho desenvolvido durante as apurações das 560 urnas do Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1982.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Como cidadão londrinense e homem público deste Estado, sinto ser importante, neste momento, manifestar o reconhecimento pela condução impecável dos Juízes Titulares da Justiça Eleitoral de Londrina quanto à apuração dos mais de 130 mil votos das três urnas eleitorais. A estrutura montada para agilizar a contagem dos votos, a lisura na condução dos trabalhos; a maneira solícita com que atenderam os interesses de todos os partidos, tudo evidencia a postura proba dos magistrados, aqui referidos.

Evidente, pois, o registro que solicitamos nesta Casa de Leis e do povo do Paraná, ser um gesto de aplauso, face o dever cumprido de quem tem sobre os seus ombros a difícil, mas decisiva responsabilidade de promover a justiça.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os mais de um milhão e meio de votos dados a José Richa e Álvaro Dias provam de maneira incontestável que o povo do Paraná deseja mudanças. Deseja mudança de idéias, métodos e comportamentos.

A votação massacrante dada ao PMDB pelo eleitorado paranaense foi a resposta àqueles que queriam se eternizar no poder.

Muitos tentam justificar o vendaval de votos ao PMDB como resultado do descontentamento pela crise social e econômica, pela inflação, pelo desemprego. A esses respondemos que em Santa Catarina e Rio Grande do Sul também existe inflação, desemprego, desajustes sociais. E nesses Estados ganhou o PDS.

Aqui no Paraná o povo deu um “basta” à dinastia dos

Braga. O oligarquismo foi sepultado. Aos derrotados, nossos respeitos. O povo quis mudar e mudou.

Passada a comemoração, é hora de reflexão. A responsabilidade é muito grande. Nós, do PMDB, sabemos que o povo deseja mudanças. E não podemos frustrar esse direito. É preciso restaurar, neste Estado, a austeridade, a seriedade, a decência. E para isso é necessário que o futuro Governador José Richa — cuja probidade e competência são notórias, cerque-se de homens idealistas e competentes. E Richa saberá escolhê-los. Conhecemos o novo Governador. O povo do Paraná o conhece. Porque José Richa, ao receber o aval das urnas sabe que o caminho será espinhoso, difícil, muito árduo. É preciso reordenar a política social, econômica deste Estado, é preciso estancar a sangria, é preciso recolocar o Paraná no seu verdadeiro trilho de desenvolvimento, é preciso gerar novas riquezas neste Estado! Até hoje, o Paraná só deu, o Paraná nada recebeu, ninguém cuidou das nossas fronteiras, o Paraná é um território livre e nós temos que ter consciência de que ele tem fronteiras e é preciso cuidar dessas fronteiras porque, hoje, o Paraná é um território livre principalmente para a ação das multinacionais, responsáveis pelas erradicações dos cafeeiros que era o nosso principal produto de exportação e fonte de divisas para o Governo. Com a ação das multinacionais ao erradicar os cafeeiros, elas exigiram que, neste Estado se plantasse o soja, para vender seus equipamentos e seus adubos. E há também, as hidrelétricas, perdemos considerável área de terra fértil e agricultável, com as muitas hidrelétricas que se estabeleceram principalmente no Rio Paranapanema, através da CESP.

Mas, uma das principais tarefas do novo Governo será, moralizar a Administração Pública! É preciso estabelecer novos conceitos neste Estado, é necessário caracterizar uma linha de Oposição verdadeira, o PMDB venceu e o Sr. José Richa deve governar, com o PMDB, deve governar, com o povo, descentralizando a sua ação administrativa. O povo é sábio, e deve ser consultado, como devem ser consultados, os professores, os estudantes, os funcionários públicos, os médicos, pequenos e grandes empresários, todos os setores da nossa atividade. E é acima de tudo fundamental que, o novo Governo olhe para os jovens deste Estado, a nossa juventude está carente de participação, de decisão, ela quer participar, ela quer ajudar, ela quer decidir, e o futuro Governador não irá frustrar — acreditamos — essa esperança de renovação, dos nossos jovens!

E a bancada majoritária desta Casa, a partir de 83 que deverá ser constituída de 33, 34 ou 35 Deputados do PMDB, uma bancada totalmente renovada com novas idéias, desejamos que, continue com a sua linha crítica, numa posição de vigilância, numa posição de fiscalização, sem engolir pratos feitos do Palácio Iguaçu — só assim a bancada manterá a sua personalidade, pois é isto que deseja o futuro Governador José Richa, e é isto que todos nós do PMDB esperamos, Sr. Presidente!

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Nelton Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atendendo determinação da Liderança da Bancada, comparecemos na Assembléia da Associação dos Professores Universitários da Universidade Federal do Paraná, presentemente em movimento grevista, acompanhando todo Corpo Docente das Universidades Federais do Brasil que realizam tal movimento com vários objetivos, destacando-se, entre eles, o objetivo principal de fazer com que, o Ministério da Educação e Cultura atenda às reivindicações do movimento, pois, os professores entenderam ser, a greve, a única forma de luta capaz de barrar os avanços do próprio MEC no que diz respeito à ameaça de privatização do Ensino Superior Público, e de provocar o atendimento das reivindicações do Professorado.

Nós, nestes minutos finais do Horário da Liderança, queremos registrar que o Manifesto aos Professores da Universidade Federal do Paraná destaca, especialmente, a necessidade de que o MEC venha a cumprir os compromissos assumidos na gestão do General Ludwig no sentido de consultar os professores a respeito da questão da reestruturação da Universidade Brasileira, além disto, soma-se a reivindicação salarial e trabalhista da classe dos Professores, mas, neste instante, em que a Bancada do PMDB, através da presença na Assembléia dando o seu apoio, vem manifestar também, um pedido ao próprio Ministério da Educação e Cultura, no sentido de pronto atendimento ao rol de reivindicações que, neste instante, há que se registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa, e para que também todos os Deputados tenham conhecimento de que os Professores tomam uma posição histórica, pois desejam acima de tudo, colocar o ensino superior nos verdadeiros trilhos dos interesses da Pátria Brasileira, e por esta razão, o ponto básico do movimento diz respeito à reestruturação de toda a Universidade.

Mais do que nunca, não se trata de um movimento meramente de melhoria salarial. Tem no seu bojo, este ponto extraordinariamente importante, de fazer com que se possa debruçar em cima das questões universitárias, haja vista a existência hoje de um esvaziamento do ensino superior por falta de uma política global, séria e conseqüente, e mais do que isso, a quebra do processo de democratização do ensino superior, hoje no Brasil, tão somente 25% das matrículas do ensino superior são custeadas pelo poder público, 75% do ensino superior já estão nas mãos do interesse privado e isso evidencia um processo de privatização do ensino superior, que determina a implantação definitiva do ensino pago nas universidades brasileiras.

E neste instante em que nós avançamos politicamente no Brasil, é impossível separar a necessidade da ampla democratização do ensino superior que passa pela instituição do ensino público e gratuito nas nossas universidades e que no seu conteúdo há de ter também a ampla participação dos professores e estudantes, na definição de currículos, na definição da política interna das Faculdades e Universidades e até porque não dizer, da definição até das verbas orçamentárias de cada federal-autárquica do Brasil.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o apoio da Liderança da Bancada, nós estamos encaminhando um pedido para que haja expedição de um telex, à titular do Ministério da Educação e Cultura, para que a Ministra possa efetivamente, atender as reivindicações dos professores que, repito, não são somente salariais. Principalmente se destacam às reivindicações que objetivam a reestruturação completa da Universidade brasileira, porque o regime instituído no Brasil, principalmente pós 1964, um regime anti-universidade, anti-sindicato, anti-povo e anti-democracia, uma democracia tutelada, portanto, uma faculdade e uma universidade também tuteladas.

É preciso que a Universidade seja um laboratório de idéias, um centro crítico e que a consciência crítica do povo brasileiro, possa ter nos bancos universitários e nos laboratórios das faculdades, um ponto de surgimento dessa libertação nacional. Quero aproveitar para pedir, que os pares, com assento nesta Casa, apoiem o nosso pedido de providência ao Ministério da Educação e Cultura, e aproveite este instante, para dizer também que a Bancada do PMDB com assento na Assembléia Legislativa, oferece o seu apoio à greve dos professores da Universidade Federal do Paraná, porque consideramos não só justas as suas reivindicações, mas, acima de tudo, porque o Brasil só será democrático, quando as nossas escolas forem democratizadas.

O ensino pago quebra a responsabilidade do Estado, porque é uma responsabilidade histórica que o Estado tem que resgatar, de valorizar as condições básicas de um povo e as condições básicas de um povo também dizem respeito à educação e a educação não pode ser elitista, e a universidade não pode ser

uma barreira para que o filho do operário, para que o filho do trabalhador, para que o filho das classes menos privilegiadas, não tenham acesso, como hoje ocorre, aos bancos universitários.

Por essas e tantas outras razões, nós também queremos pedir que sejam inseridos nos Anais da Casa, o documento "ELEMENTOS PARA DEBATES", que foi elaborado pelos professores Célio Spíndola e Marli Auras, professores da Universidade de Santa Catarina e também queremos pedir e aproveitar para pedir à Presidência desta Casa, PARA QUE SEJA CONSIDERADO LIDO e inserido nos Anais da Assembléia Legislativa, o Documento elaborado pelo Professor José Domingos Fontana, falando sobre a terceira greve da Universidade Federal do Paraná, uma motivação mais nobre. Por estas e outras razões, queremos encaminhar à Mesa um pedido de telex ao Ministério da Educação e Cultura, solicitando urgentes providências às reivindicações dos professores universitários do Brasil presentemente em movimento grevista.

Quero terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e dizer que esse tema realmente é um tema não só de autopatriotismo, mas é um tema que diz respeito aos mais nobres interesses da Nação, deste País, porque em qualquer sociedade nos dias atuais, nós não podemos desvincular a educação do modelo político maior implantado no País. Porque na verdade, a prática social, a questão da saúde pública, a questão da segurança, a questão do ensino são prioridades, as primeiras a serem implementadas no Brasil. E, é fácil perceber que os interesses da classe dominante é que determinam o tipo de educação que é ministrada num País. E os interesses da classe dominante que hoje existe, no Brasil, não são os interesses da maioria do povo. Por isso também, a Universidade tem que ser repensada e reolocada nos verdadeiros caminhos de uma universidade crítica, de uma universidade democratizada.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ensino é um subsistema do sistema maior posto em prática e nós só conseguiremos alterar o sistema maior, minando e alterando os subsistemas colocados em prática na Nação brasileira. Por isso, essa manifestação de apoio, sem dúvida, dá muita importância, o movimento dos professores universitários das Universidades Federais do Paraná, e oxalá possam através desse movimento, iniciar a luta para que, no Brasil, a universidade não seja a construtora repetidora de uma sociedade injusta mas que seja criadora de uma sociedade mais igual, mais justa e mais digna para todos os brasileiros.

(Matéria considerada como lida da tribuna, por solicitação do Sr. Deputado Nilton Friedrich).

A QUESTÃO DA DESVINCULAÇÃO DO DASP E DO ORÇAMENTO GLOBAL

Elementos para debates

por Célio Espíndola e Marli Auras
(professores da UFSC)

A Ministra da Educação, em audiência com a ANDES, no dia 8 último e com a SUBRA no dia seguinte, afirmou que o MEC estava encaminhando para o Ministro Chefe do DASP 1 projeto de desvinculação do pessoal das universidades autárquicas (professores e funcionários) do DASP, retirando-os assim, da "vala comum do funcionalismo público". Afirmou ainda a Ministra que iria à SEPLAN "pedir que as universidades possam distribuir ou aplicar os recursos orçamentários que lhes são atribuídos da forma que acharem mais conveniente", (FSP - "MEC solicita a Delfim orçamento com flexibilidade", 9/11/82). Esta flexibilidade reivindicada pela Ministra leva em conta o "teto orçamentário do MEC". Segundo afirmou, "as necessidades do MEC para 1983 deverão chegar a um trilhão. O orçamento do ministério, no entanto, é inferior a seiscentos bilhões" (FSP, 9/11/82, pg. 20).

O que a Ministra fez referência corresponde exatamente

"pré-condições" para a reestruturação da Universidade — a) a desvinculação do quadro de pessoal das universidades federais do DASP e (b) o orçamento global - o que o MEC vem tentando implantar desde o final de 1981.

O que significam e em que implicam essas medidas apontadas pelo MEC?

A perspectiva muito concreta de que tais medidas venham a ser impostas por decreto-lei sobre a comunidade universitária já permite que se perceba claramente sua intenção.

DESVINCULAÇÃO DO DASP.

Esta medida significa dar a cada Universidade a condição de poder criar o seu quadro próprio de pessoal, com níveis de remuneração e progressão funcional específicos que implica, portanto, no estabelecimento de suas próprias relações de trabalho.

1. Do ponto de vista do pessoal docente, esta medida corresponde:

a. ao esfacelamento do quadro único, estabelecido nas universidades federais autárquicas brasileiras, para o pessoal docente,

b. a quebra da unidade nacional do movimento docente, em decorrência desse esfacelamento do quadro único,

c. a uma estratégia militar de dividir o movimento docente para, enfraquecendo-o, tentar destruir a sua organização (que vem incomodando sistematicamente o regime);

d. ao retrocesso do presente quadro de pessoal das instituições de ensino superior autárquicas à condição das relações de trabalho vigentes nas fundações e nas escolas privadas. A formulação de quadro próprio de pessoal por um poder autoritário impõe ao corpo docente relações contratuais instáveis ferindo diretamente a luta dos professores pela estabilidade no emprego. A Fundação Universidade de Brasília, por exemplo, que possui cerca de 800 professores, mantém 60% deles com um contrato temporário de trabalho (professores colaboradores e visitantes), sendo que metade destes contratos são relativos e apenas 4 meses (um semestre letivo). Esta situação de instabilidade no emprego é comum nas fundações e pior ainda nas escolas particulares.

e. A deferenciação salarial que, inevitavelmente, será criada entre as universidades que poderá se verificar, inclusive, no interior de cada Universidade, entre os cursos com maior ou menor importância de acordo com o ponto de vista da reitoria e dos interesses por ela representados. Isto fere o princípio da isonomia salarial, reivindicado pelo movimento docente e estabelecido na própria Constituição (para funções iguais, salários iguais).

Como o movimento docente considera essa questão da desvinculação do DASP?

Os professores partem do princípio de que autonomia e democratização são facetas de um mesmo processo, não podendo, de modo algum, ser conjugadas separadamente (como vem propondo o MEC: primeiro a autonomia - pelo caminho das "pré-condições" - depois a democratização").

O movimento dos professores reclama a independência política e administrativa em relação às esferas do poder executivo (CFE e DASP, por exemplo). Esta independência, entretanto, deve ser submetida ao estabelecimento de "um padrão único para o ensino superior que exige a implementação de medidas que visem instaurar critérios homogêneos para o desempenho da prática pedagógica e científica, tais como: carreira unificada para todo o magistério superior, isonomia salarial, estabilidade no emprego, carga e estrutura curricular, regime de contratação, concursos públicos e ingresso na carreira, critérios de aprovação de projetos de pesquisa, etc". (Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira, junho - 82, p. 13). Os professores, portanto, rejeitam o fracionamento das universidades, com a estruturação de rela-

ções de trabalho próprias, porque, em função da estrutura de poder interna às universidades e, em decorrência da falta de recursos financeiros para a educação, qualquer medida neste sentido só poderá implicar em instabilidade no emprego, em demissões de lideranças combativas (como conquista que é a carreira do magistério. Esta conquista trouxe alguns benefícios que precisam ser assegurados. As melhorias nesta carreira só virão na medida em que se lutar por mais verbas assegurando, assim, as condições financeiras necessárias para a progressão funcional) e em que se discutir e se tentar eliminar a própria hierarquia que ela estabelece entre os professores.

O movimento docente deve, portanto, rejeitar qualquer proposta de autonomia em relação ao DASP que não venha acompanhada das condições reivindicadas pela proposta de reestruturação da Universidade formulada pelo conjunto dos professores (carreira unificada para todas as universidades, isonomia salarial, estabilidade no emprego, etc.) e que não garanta as condições para o estabelecimento de um padrão único de Universidade: a sua democratização interna, o ensino público e gratuito e a garantia, pelo Estado, de todos os recursos para a manutenção e a expansão dessa Universidade integrada nacionalmente.

Como estabelecer esse padrão único de Universidade? Há uma proposta de criação de um Conselho de Universidades, que seria constituído por representantes de cada IES, democraticamente eleitos, que asseguraria as condições reclamadas pelo movimento para o estabelecimento do padrão único de Universidade. (É importante que o conjunto de professores discuta todas as questões, particularmente estas e formule suas concepções).

1.2 - No que diz respeito aos funcionários da Universidade.

a. é inegável e urgente a necessidade do estabelecimento de uma carreira própria que garanta um teto salarial mínimo, a ser proposto pela própria categoria,

b. que haja a diminuição da diferença salarial entre os próprios funcionários e entre os funcionários e os professores,

c. que haja progressão funcional adequada e estabilidade no emprego.

Uma vez desvinculada do DASP, cada Universidade teria condições reais para garantir uma carreira que atendesse essas reivindicações dos funcionários?

A experiência do movimento dos professores mostra que se pode conquistar uma carreira, unificada a nível nacional, sem a desvinculação do DASP (ainda que esta carreira apresente distorções, tendo em vista ter sido imposta via decreto-lei). Esta conquista, entretanto, não atende a reivindicação salarial dos professores por não ter superado a política de arrocho salarial do governo. Aumento salarial não depende da hierarquia funcional fixada em uma carreira, mas depende exclusivamente dos recursos orçamentários destinados à Universidade e, portanto, da política social do governo, principalmente da organização e luta dos trabalhadores da educação. A própria progressão funcional depende diretamente dos recursos orçamentários.

Isso nos leva a concluir que.

a. é possível eliminar o arrocho salarial através de um simples plano de carreira,

c. é impossível que cada Universidade estabeleça uma carreira para os funcionários dentro das condições orçamentárias vigentes destinadas a cada uma delas. Se estas condições permitissem, não precisaria a desvinculação do DASP para que os salários fossem reajustados adequadamente. O reajuste salarial acima do custo de vida não depende da flexibilidade que cada Universidade tenha para distribuir as verbas nos vários itens do orçamento, visto que o pagamento de pessoal corresponde a cerca de 85% desse orçamento e as verbas de custeio

estão igualmente comprometidas e são também escassas. Como ter flexibilidade no interior de um quadro de miséria, de escassez de recursos?

A flexibilidade possível na miséria nos remete ao problema do operário que recebe salário mínimo: precisa deixar de comprar o leite para poder comprar o pão. Só é possível haver flexibilidade no orçamento das universidades se houver mais verbas para a educação.

2 – ORÇAMENTO GLOBAL:

A política financeira do governo federal impõe um limite para o orçamento da educação. Além disso, determina para cada Universidade a distribuição dos recursos em diferentes itens ou rubricas.

O que o MEC pretende, ao propor o orçamento global, é desburocratizar a distribuição dos recursos destinados a cada Universidade. Com esta medida, pretende estabelecer um teto orçamentário total para cada uma delas. Cada Universidade, então, tentará distribuir esses recursos entre os diferentes gastos que necessitará cobrir, sem ter mais a imposição da lei que amarra o orçamento à rubricas previamente estabelecidas. É por isso que o MEC afirma que o problema da Universidade é meramente burocrático e deve ser corrigido sem com isso prejudicar a política financeira do governo. Quer dizer: sem mudar a própria política de gastos com a educação. A solução que o MEC propõe é, portanto, o maior aproveitamento dos recursos, ou seja, administrar os recursos vigentes. Um exemplo concreto, aqui na UFSC, que bem demonstra a preocupação do MEC em se administrar os recursos escassos: a contratação de professores em Dedicção Exclusiva, por tempo determinado, só para dar aulas (estabelecido o mínimo de 16 horas-aulas semanais). Um segundo exemplo é a avaliação do desempenho docente que está fundamentalmente, preocupada com as atividades desenvolvidas pelos professores com DE. Esta avaliação tem sempre presente a possibilidade da mudança desse regime de trabalho (DE), preocupando-se com a eficiência do trabalho docente, (sem preocupar-se, entretanto, com a qualidade e as condições adequadas para o desenvolvimento desse trabalho), o que significa, em síntese, a própria administração da escassez.

Fixado pelo MEC o teto orçamentário para cada Universidade e caso esses recursos não sejam suficientes, cada Universidade terá que caminhar com os seus próprios passos, adaptando-se às condições específicas de sua região — a tão propagada "vocalização regional". O MEC propõe, claramente, para a solução deste problema, um maior entrosamento entre as universidades e as empresas privadas e a instituição do ensino pago (o que o MEC vem chamando de "justiça social"). A Ministra prevê como solução "a possibilidade de transformação das autarquias em fundações (FSP, 09/11/82, pg. 20).

O problema é mesmo só de caráter burocrático? A própria Ministra afirma que o orçamento do MEC para o ano de 83 é muito inferior ao realmente necessário (menos de seiscentos bilhões de cruzeiros quando o Ministério precisaria de um trilhão). Em 1963, o MEC recebeu 11% do orçamento geral da União. Esta fatia caiu consideravelmente após 64, atingindo, em 1974, em pleno "milagre brasileiro", apenas 4,2%.

Quais são as implicações dessa proposta de orçamento global?

Distribuir a miséria, desconsiderando as necessidades de ampliação permanente das universidades, de modo a possibilitar a melhoria das condições de ensino, pesquisa e extensão, conforme vem preconizando o movimento docente. Além disso, e sobretudo, esta proposta de orçamento global abre as universidades ao capital privado e ao ensino superior pago, privatizando o pouco que resta de universidades brasileiras públicas e gratuitas e atrelando o ensino e a pesquisa aos interesses do capital privado. Tais universidades públicas e gratuitas são mantidas pelos impostos pagos pelo conjunto da população e, por-

tanto, aos interesses deste é que a Universidade deve estar voltada.

Há ou não recursos públicos para aplicar no setor educacional?

Já foi demonstrado (veja o documento "Educação brasileira: dos desvios de verbas à ironia da "justiça social" do MEC", APUFSC, fevereiro, 82, pg. 24) que nos últimos anos o Estado vem desviando, em escala crescente, recursos das funções sociais para doá-los ao capital privado, para os gastos com as grossas mordomias nas empresas estatais, para os projetos mirabolantes do regime militar (Transamazônica, Ferrovia do Aço, Acordo Nuclear, Itaipu, etc.), dentre outros. Só em 1980, as doações às empresas, sob a forma de subsídios, corresponderam a 22,3 vezes o total dos recursos destinados ao MEC.

No corrente ano (1982), só com os incentivos às exportações foram gastos 3 trilhões de cruzeiros, o que corresponde a 5 vezes os recursos que serão destinados ao MEC em 1983 (600 bilhões de cruzeiros).

Como vemos, a preocupação básica do governo é a ampliação dos interesses do capital. Jamais na história do País, o Estado conseguiu assaltar tanto o dinheiro do povo e desviá-lo tanto das funções sociais para as empresas privadas.

O movimento docente considera necessária a desburocratização na elaboração orçamentária. Esta deve realmente ficar a cargo de cada Universidade. Mas o movimento docente considera que o orçamento deve ser "elaborado e gerido por colegiados democraticamente constituídos, concebidos de forma global, e atendido de forma a satisfazer plenamente as necessidades da Universidade, definidas a partir dos planos acadêmicos elaborados pelos departamentos" (Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira, junho, 82, pg.16). Evidentemente, esta concepção do orçamento global está subordinada ao princípio da gratuidade do ensino e da obrigatoriedade do Estado garantir os recursos necessários (segundo os planos definidos pelo conjunto da comunidade universitária) para a educação.

Desta forma, a concepção que o movimento docente possui sobre o orçamento global coloca a proposta do MEC de cabeça para baixo, ou seja, a sua definição deve partir de uma discussão e de uma formulação democráticas do plano no interior de cada Universidade e o estabelecimento dos recursos globais para o seu atendimento é uma consequência direta desse processo.

Só assim poderão ser atendidas as necessidades do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como de uma estrutura de carreira que corresponda às reais necessidades do conjunto de professores e funcionários das universidades brasileiras.

novembro de 1982

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A 3ª GREVE DA UFPR: UMA MOTIVAÇÃO MAIS NOBRE

A exemplo dos dois anos letivos anteriores o calendário da UFPR vem de sofrer um novo desvio: a partir desta segunda-feira de novembro de 1982, está deflagrada mais uma greve de seus professores. A decisão foi tomada na terceira etapa da Assembléia Permanente dos docentes da APUFPR, associação da classe, na noite de 17 p.passado, em sua tradicional trincheira de decisões(o anfiteatro do 1.º andar do Setor de Educação da UFPR, quando 315 associados, de modo impetuoso, aprovaram a greve com a discordância de 15 outros colegas que se batiam por propostas alternativas. Nas duas etapas iniciais da Assembléia Permanente havia prevalecido o conceito da inoportunidade da greve em vista do período pré-eleitoral.

Uma vez mais, o movimento docente superior nacional aglutinado na ANDES — Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior apresentou, em época oportuna, ao MEC — Ministério de Educação e Cultura, seu interlocutor direto,

de reivindicações: salarial, correção em distorções da carreira e garantia de participação nos processos que visem a melhoria da universidade. Comparativamente a 81 e 82, um movimento docente mais maduro permitiu-se agora uma total inversão na formulação de suas reivindicações. Os anseios de melhoria salarial (reposição somada a um reajuste semestral baseado no INPC) passam a um plano secundário para se priorizar, com absoluta convicção, a questão da universidade. Esta foi exatamente a tônica que prevaleceu em todos os pronunciamentos de professores na última Assembléia da APUFPR.

Para a compreensão da situação atual em que das 23 Universidades Autárquicas e Escolas Isoladas (Federais) 18 já se pronunciaram pela greve, é necessário um retrospecto na questão maior intitulada a "REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE".

a) A proposta em outubro de 1981 por parte do então titular do MEC, Gen. Rubem Ludwig, para que as universidades - administração e "bases acadêmicas" - apresentassem subsídios para a elaboração de um novo projeto ou modelo de universidade autárquica (federal). Prazo para a apresentação deste subsídio: 16 (dezesesseis) dias.

reação do movimento docente quanto à exiguidade deste prazo que combinada ao movimento grevista de novembro de 1981 resultou em pressão suficiente para garantir a dilatação do prazo de participação dos professores no processo de reestruturação da universidade. Outro ganho paralelo foi o compromisso do Ministério de que, por um lado a ANDES e por outro o CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, juntamente com o grupo de trabalho do MEC, seriam os protagonistas na elaboração das diretrizes para uma nova concepção de universidade.

c. Rigorosamente dentro do novo prazo (julho de 1982), a ANDES após um CONAD - Conselho Nacional de Associações Docentes, em Belo Horizonte, produziu e em audiência fez entrega ao Ministro Ludwig de um anteprojeto para a Reestruturação da Universidade, enfatizando questões como o ensino superior público e gratuito, um padrão único de carreira docente e ensino qualificado, fortalecimento das atividades de pesquisa, a necessidade de autonomia e democratização interna e a obrigatoriedade de financiamento da Educação pelo Estado.

d. A substituição em final de agosto do Gen. Ludwig pela Professora Esther de Figueiredo Ferraz veio alterar substancialmente o encaminhamento da questão da reestruturação da universidade. Adiado um primeiro encontro com a ANDES sucedido por um tratamento de evasivas, a nova titular do MEC em suas declarações à imprensa deixou bem claro suas posições favoráveis ao ensino pago (embora admitindo a inoportunidade de sua implantação imediata em vista da precária situação econômica do País e seus habitantes) e suas simpatias pelo regime de Fundação para as universidades.

Estas posições somadas ao projeto de rápida implantação - via ato do Poder Executivo - das duas "pré-condições", a saber: 1) "desvinculação dos professores e funcionários do DASP - Departamento de Administração do Serviço Público" (retirada da "vala comum do funcionalismo público" nas palavras do Ministro) e 2) "aprovação do orçamento globalizado para a universidade federal autárquica", criaram um clima nebuloso sobre a questão da reestruturação da universidade nos moldes idealizados pelo conjunto dos professores. De permeio, entregue à Casa Civil, que contemplaria - segundo os rumores - acesso facilitado aos cargos de professor titular e melhor retribuição na aposentadoria.

Na questão de fundo, a ANDES (e possivelmente a CRUB) deixam de ser oficialmente consultados para a elaboração de diretrizes, tarefa de maior seriedade que fica, segundo a titular do MEC, restrita aos integrantes do CFE - Conselho Federal de Educação. Nas questões técnicas intervirão os assessores do DASP e SEPLAN - Secretaria do Planejamento, detentora das chaves do tesouro nacional. Os protagonistas no processo de

reestruturação, os 35.000 professores autárquicos passam a mal-informados espectadores e daí, juntamente com estudantes e funcionários, para simples alvos das habituais deliberações de gabinete.

Impostas as "pré-condições" via decreto-lei, como é permissível inferir do turno de 1980, de nossa não participação e da falta de informações concretas, fica lícito ao movimento docente acreditar que:

a) uma desvinculação do DASP vai alterar uma situação atual de relativa estabilidade do binômio professor estatutário ou CLT e, sem o esclarecimento dos novos destinos (a não ser o cogitado de Reitor-patrão), fica impossível admitir a sobrevivência das conquistas como uma carreira unificada a nível nacional, a manutenção da isonomia salarial (ou seja o Professor Adjunto ref. 3 ganhando o mesmo salário seja no Pará ou no Rio Grande do Sul) e por extensão, a estabilidade de cada professor em particular e do movimento docente nacional como um todo.

b) a introdução do "orçamento globalizando" em princípio uma maneira de conferir à universidade (ao Reitor, em particular) maior autonomia, é na verdade a grande "locomotiva" da desfiguração da atual universidade federal autárquica em sucedâneo que não será seguramente aceitável para as classes docente e discente, e por conseguinte para toda a sociedade. Nos moldes atuais, tanto o "teto orçamentário" quanto sua distribuição em duas rubricas: despesas de pessoal (90%, noventa) e outros custeios (10%) é rigidamente controlado pelo MEC/SEPLAN. Uma suplementação-socorro de verbas é habitualmente liberada em cada final de ano. Na nova modalidade cogitada, seria ingenuidade imaginar que a transferência de poder de administração da verba venha acompanhada de uma elevação do orçamento. A tradicional bandeira da ANDES no sentido dos 12% do orçamento da União em favor da Educação somente experimentará implementação se o novo Parlamento se conscientizar de que o primeiro problema brasileiro era, e continuará sendo por mais de uma década, a Educação. Fica então evidente que para suprir o vácuo gerado pela falta de suplementação de verbas pelo MEC/SEPLAN outras fontes de recursos terão de ser acionadas e a alternativa habitual, nas demais instituições de ensino superior, é o ensino pago. Não é fora de propósito lembrar que a designação de Reitor de Fundação (Lei Federal 6.733) é atribuição exclusiva da Presidência da República e portanto ainda menos democrática que as atuais listas sêxtuplas. O comando administrativo da universidade-fundação se completa com o Conselho de Curadores, montado a convite do Reitor para "expoentes da comunidade". Em suma o "orçamento global" mais a "desvinculação do DASP" parecem apontar para uma autonomia beneficiária de futuros administradores a emergirem de um novo processo onde estará ausente a democracia, justamente a última conquista da sociedade.

O temor da aprovação das "pré-condições" via decreto e seus efeitos sinistros sobre a atual Universidade Federal Autárquica, a marginalização da classe docente no processo de discussão e a reestruturação da universidade e a ameaça de implantação do regime de Fundação são os fatos dominantes na tomada desta decisão incômoda e séria. a 3ª greve na UFPR.

Na audiência da próxima quinta-feira (25/novembro), já aceita pela Professora Esther, Ministro da Educação e Cultura, a liderança do movimento grevista nacional espera que o conteúdo das minutas de decretos e ou leis venha a ser revelado à comunidade de professores a fim que estes, em suas respectivas ADs - Associações Docentes, tomem completo conhecimento, promovam a discussão e manifestem sua concordância ou discordância a ser considerada pelo MEC. Como outra medida cautelar, o movimento docente continua insistindo que a via de qualquer alteração estrutural da universidade seja o soberano Congresso Nacional.

O preço da liberdade de um ensino superior qualificado,

público e gratuito continua a ser a eterna vigilância, mesmo em greve.

A APUFPR conclama todos seus associados para a nova etapa da Assembléia Permanente: anfiteatro do 1º andar, Centro Politécnico, terça-feira (23/novembro/82), às 9,00 horas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Ausente). Consulta à Liderança do PDS. (Declina). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constantes do expediente. Necessitam de apoio.— **Apoiados.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/82, (Mensagem n.º 73/82, ex-Proposição n.º 59/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Almirante Tamandaré, objetivando adoção de ação conjunta visando à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — PROSAFRAS, no exercício de 1982.—

Aprovado, artigo por artigo

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 66/82, (Mensagem n.º 74/82, ex-Proposição n.º 60/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo (n.º 2), ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Marialva, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/82, (Mensagem n.º 77/82, ex-Proposição n.º 61/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n.º 114/82 — SUDESUL, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, tendo como intervenientes Órgãos que especifica, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/82, (Mensagem n.º 86/82, ex-Proposição n.º 75/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgãos citado e os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/82, (Mensagem n.º 78/82, ex-Proposição n.º 62/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos mencionados e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando a execução de obras de ampliação e reparos no Terminal Rodoviário da sede do referido município.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/82, (Mensagem n.º 79/82, ex-Proposição n.º 63/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos (2.º), aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 119/82, de autoria do DEPUTADO JOÃO MANSUR, que autoriza o Poder Executivo a doar para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES VISUAIS, um imóvel situado no lugar denominado Santo Antônio do Tarumã, Município de Curitiba, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MANSUR) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando voto de aplauso aos Juizes Eleitorais de Londrina, em razão do primoroso, eficiente e insuspeito trabalho desenvolvido durante as apurações das 560 urnas do referido município.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de louvor à população da Comarca de Corbélia, representada pelos moradores dos Municípios de Braganey e Corbélia, na pessoa do Prefeito Municipal Laudemir Turra, pelo exemplar comportamento do povo diante dos lamentáveis fatos ali verificados quando se constatou fraude eleitoral.— **Aprovado.**— ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo urgência na remessa de Mensagem dispondo sobre o reajuste de vencimentos dos servidores públicos do Estado, a ser concedido a partir do dia 1.º de janeiro de 1983.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex à Senhora Ministra da Educação e Cultura, objetivando urgente interveniência para que o rol de reivindicações do corpo docente das Universidades Federais do Brasil seja prontamente atendido.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 25, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 65, 66, 67, 68, 69 e 70/82, e do Projeto de Lei n.º 119/82.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/82.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária de amanhã, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 38/82 e dos Projetos de Resolução n.ºs 41, 42, 45, 46, 47 e 48/82.

Levanta-se a sessão.